

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

IDEAN SILVA LIMA

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: um olhar sobre a atuação e contribuição de uma comissão própria de avaliação em universidades públicas e privadas para o desenvolvimento institucional.

São Luís - MA
2019

IDEAN SILVA LIMA

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: um olhar sobre a atuação e contribuição de uma comissão própria de avaliação em universidades públicas e privadas para o desenvolvimento institucional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa.Dra. Sueli Tonial Pisteli

São Luís - MA
2019

A Ficha Catalográfica é impressa no verso da folha de rosto.

É solicitada á biblioteca@faculdadelaboro.com.br mediante envio do trabalho completo após aprovação pela orientação acadêmica.

IDEAN SILVA LIMA

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: um olhar sobre a atuação e contribuição de uma comissão própria de avaliação em universidades públicas e privadas para o desenvolvimento institucional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. (Orientadora)
Doutora em ...
Universidade ...

Examinador 1

Examinador 2

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: um olhar sobre a atuação e contribuição de uma comissão própria de avaliação em universidades públicas e privadas para o desenvolvimento institucional.

IDEAN SILVA LIMA¹

RESUMO

O advento da Lei nº Lei 10.861/04 trouxe a educação superior à necessidade de transformações que lhes permitiram avanços fundamentais no que se refere à gestão do ensino superior e as políticas de educação. É notório que nesse contexto a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) abarcou as avaliações do MEC (in loco), ENADE e ainda, fortaleceu a auto avaliação institucional que é o foco principal desse estudo, sobretudo no que se refere a implantação e institucionalização das Comissões Próprias de Avaliação (CPA). A proposta desse estudo é perceber a auto avaliação enquanto processo de produção de conhecimento e que tenha como objetivo principal sustentar os laços de colaboração entre os atores institucionais, através disso espera-se perceber qual a relevância das Comissões Próprias de Avaliação nesse contexto e sua atuação através do comparativo entre Instituições de Ensino Superior (IES) Pública e Privada em São Luís do Maranhão, respeitando a complexidade dos processos de auto avaliação destas IES. Este será um estudo documental que tem como ênfase o desenvolvimento da autoavaliação em IES no contexto do SINAES, descrevendo desde a elaboração da metodologia e construção de instrumentos de coleta de dados até a divulgação dos relatórios. Este processo destaca a importância destes registros para a gestão da instituição, mas que se reflete também na melhoria do ensino.

Palavras-chave: Ensino Superior. Avaliação Institucional. Auto avaliação. Comissão Própria de Avaliação.

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Docência pela Faculdade Laboro, 2019

THE INSTITUTIONAL SELF-EVALUATION PROCESS: a look at the performance and contribution of an evaluation committee in public and private universities for institutional development.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The advent of Law nº 10.861 / 04 brought higher education to the need for transformations that allowed them fundamental advances in the management of higher education and education policies. It is noteworthy that in this context the creation of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES) encompassed the evaluation of the MEC (in loco), ENADE and also strengthened the institutional self-evaluation that is the main focus of this study, the implementation and institutionalization of the Evaluation Own Committees (CPA). The purpose of this study is to perceive self-evaluation as a process of knowledge production and whose main objective is to sustain the bonds of collaboration among institutional actors. Through this it is hoped to understand the relevance of the Evaluation Committees in this context and their performance through the comparison between Public and Private Higher Education Institutions (IES) in São Luís do Maranhão, respecting the complexity of the self-evaluation processes of these HEIs. This will be a documentary study that emphasizes the development of self evaluation in HEI in the context of SINAES, describing from the elaboration of the methodology and construction of data collection instruments until the disclosure of the reports. This process highlights the importance of these records for the management of the institution, but also reflected in the improvement of teaching.

Keywords: Higher education. Institutional Evaluation. Self-evaluation. Own Evaluation Committee.

1 INTRODUÇÃO

O campo da avaliação educacional tem sido pauta de discussão entre estado, comunidade acadêmica e atores sociais nas últimas décadas. Especificamente tratando da educação superior, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi sancionado pela Lei nº. 10.861, com a finalidade de garantir um processo nacional de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de estudantes.

No que se refere à avaliação das instituições, ocorre de forma interna e externa, sendo a primeira também chamada de auto avaliação institucional. No artigo 11º da Lei do SINAES, é determinado que toda IES constitua sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a finalidade de conduzir, sistematizar e informar os processos de

auto avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Entende-se, dessa forma, que a CPA é um marco regulatório, pois cada IES tem a obrigatoriedade de enviar relatório de auto avaliação institucional ao INEP como forma de prestação de contas. Contudo, o Estado dá autonomia a cada instituição para desenvolver o seu próprio processo de auto avaliação institucional.

As políticas educacionais voltadas para a educação superior contribuíram para uma mudança no panorama das Instituições de Ensino Superior (IES). Nos últimos anos houve uma diversificação no tipo de organização das IES (universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais), expansão no número de instituições e cursos de graduação e, conseqüentemente, a ampliação do acesso a essas instituições. Neste novo cenário, o papel da educação superior vem sendo reconfigurado, o que impõe novos desafios para a comunidade acadêmica (gestores, professores, técnico administrativos, acadêmicos), entre eles, a resignificação da identidade institucional. Nas palavras de Dias Sobrinho (2008 b, p. 68) [...] a educação superior também recebe demandas de tipo novo que a obrigam a transformar-se para poder cumprir os papéis que lhe conferem grande centralidade nas realidades nacionais e na sociedade global.

A capacitação profissional, embora não seja a única e exclusiva função da educação superior, é uma das importantes e legítimas demandas da sociedade, cujo cumprimento, com qualidade, as instituições, os educadores e pesquisadores não podem recusar. Frente a este cenário, podemos nos questionar: Qual qualidade para a educação superior? Quais parâmetros servirão para subsidiar o que se entende por qualidade de ensino? Existem padrões globais de qualidade compatíveis com realidades locais? Como avaliar essa qualidade?

Na agenda das reformas educacionais, as políticas avaliativas também ganharam espaço na medida em que a qualidade do ensino superior passou a ser questionada e problematizada. Como bem destaca Cabrito (2009, p. 198) [...] o processo de avaliação da qualidade em educação serve para que cada escola (cada aluno, cada sistema) conheça o seu próprio desempenho, a fim de poder, em cada ano, lançar mão das medidas necessárias e possíveis para que aquele desempenho melhor,

então a avaliação surge como o instrumento privilegiado para promover a qualidade em educação.

No cenário brasileiro, desde o ano de 2004, a avaliação e a regulação da educação superior são regidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cuja finalidade volta-se para [...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Atentando para conhecer, orientar e acompanhar as instituições de educação superior, o SINAES abarca a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

A auto avaliação institucional constitui uma das modalidades de avaliação instituída por esse sistema. Com a auto avaliação institucional toda a comunidade acadêmica (gestores, professores, acadêmicos e funcionários técnico-administrativos) tem a oportunidade de participar desse processo avaliativo. Ao lançar um olhar crítico e reflexivo para a IES tem a possibilidade de identificar as potencialidades e fragilidades, replanejando ações que visem à melhoria da qualidade do ensino.

Esse movimento promove o autoconhecimento para a IES. De acordo com as diretrizes do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução da auto avaliação das IES.

1.1 Dos problemas da Pesquisa

Diante deste contexto, alguns questionamentos nos são suscitados: Quais as contribuições do Relatório da auto avaliação Institucional para a gestão da IES e a melhoria da qualidade do ensino?

Baseando-se nas experiências obtidas como membro de uma Comissão Própria de Avaliação e a partir de reflexões sobre as avaliações internas e sua relação com as instituições de ensino superior, elaborou-se a seguinte pergunta de investigação:

Quais as contribuições do Relatório da auto avaliação Institucional para a gestão da IES e a melhoria da qualidade do ensino em instituições públicas e privadas?

1.2 Dos objetivos do estudo

Definidas as questões de investigação, a fim de entender e melhor traçar o que se pretende com este estudo, foi fundamental objetivá-las como passo que antecede o caminho a ser percorrido nesta pesquisa, bem como as contribuições deste estudo para o cenário do ensino superior no Brasil.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as contribuições do processo de auto avaliação institucional para a gestão das instituições de ensino superior particulares da Cidade de São Luís.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os procedimentos metodológicos utilizados pela CPA para a condução do processo de auto avaliação institucional (elaboração do diagnóstico da realidade da instituição por meio de questionários e análise documental);
- Identificar os avanços do processo de auto avaliação institucional no período analisado;
- Verificar as relações estabelecidas entre os resultados da avaliação interna e o planejamento institucional.

2. METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO

Tem-se como opção ajustar-se ao que já está posto ou assumir uma postura de investigação e busca permanente. É este segundo sentimento que tem incentivado a

pesquisa em seus diversos contextos e momentos. Logo, fazer pesquisa é mais do que pensar uma proposta metodológica: é, principalmente, o desafio que se coloca através do percurso e das escolhas que foram feitas para o desenvolvimento de determinado estudo.

Portanto, neste capítulo, pretende-se apresentar a opção metodológica escolhida para esta pesquisa, a qual permitiu o melhor desenvolvimento do tema discutido nesta dissertação.

Entendendo que a avaliação educativa desenvolve-se em um contexto histórico, social, cultural, econômico e político e, por ser um constructo humano, é carregada de subjetividade. Como pontua Dias Sobrinho (2008a, p. 193), a avaliação é “[...] produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos [...]” Nessa ótica, a avaliação é compreendida enquanto produtora de sentido e impregnada de valores.

Os estudos que desenvolvem pesquisas no âmbito da avaliação educativa, na perspectiva acima anunciada, são considerados de cunho qualitativo, nas palavras de Chizzotti (1998, p. 79) “[...] A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]” Na pesquisa qualitativa, a relação que o sujeito estabelece com a realidade social precisa ser considerada na medida em que o sujeito se constitui nesse contexto, carregando consigo e ressignificando os valores, as crenças e os sentidos advindos dessa relação.

Os diferentes materiais produzidos no cotidiano educacional são considerados subsídios importantes na pesquisa qualitativa, pois são compreendidos como elementos carregados de valores, crenças e significação, como constructo humano, expressam as ideias e o pensamento de uma determinada sociedade, que está situada em contexto histórico, cultural e econômico.

2.1 A pesquisa

A estratégia de verificação considerará uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso que recorrerá à análise documental, entrevistas e questionários semiestruturadas com os principais atores do processo.

A metodologia empregada para investigar essas questões será uma abordagem de cunho qualitativo e de natureza descritiva e explicativa, apoiada em pesquisa de campo. De acordo com Moreira (1999, p. 32) “Pesquisa qualitativa é um termo que tem sido usado alternativamente para designar várias abordagens à pesquisa de ensino [...]”.

A abordagem qualitativa está sendo muito utilizada como metodologia de pesquisa em educação e é a que melhor exprime a complexidade e a dinâmica dos fenômenos sociais e humanos.

A metodologia qualitativa fundamenta-se em visões filosóficas de cunho humanista e busca a compreensão dos fenômenos sociais, segundo a perspectiva dos atores investigados, mediante a participação na vida deles. Segundo Minayo (2000, p. 20), o objeto das Ciências Sociais é histórico e essencialmente qualitativo, o que significa dizer ainda que, segundo a autora:

As sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado.

Gamboa (1997) enfatiza que na abordagem qualitativa o foco da pesquisa centraliza-se na “experiência individual de situações”, no “processo de construção de significados”, e o principal critério do pesquisador é a “validade”. Lüdke e André (1986), também concordam que a questão do “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida é foco de atenção especial.

As características descritas revelam o tipo de metodologia da pesquisa a ser desenvolvida, além de classificá-la como pesquisa descritiva e explicativa quanto aos seus objetivos comuns, propiciando estudar a descrição das características dos sujeitos envolvidos, bem como suas opiniões e concepções sobre o objeto da investigação. Gil

(2002, p. 42) afirma que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Trivínos (1992, p. 110) considera que a maioria das pesquisas que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva.

Na busca de respostas às questões da pesquisa, faremos análise documental, como também a de um questionário (questões fechadas) como instrumentos de coleta de dados.

2.2 O contexto da pesquisa

Com estudo comparativo entre uma instituição de ensino superior pública e uma privada, preservada as diferenças entre elas, uma vez que uma é Universidade e a outra Faculdade, o que se espera é perceber se e como a atividade avaliativa se configurou como prática e como fundamento para discutir e pensar a avaliação institucional no âmbito da gestão e do ensino nestas instituições.

Como proposta o que se espera é analisar e revisar os instrumentos a serem aplicados e a metodologia adotada tomando como base nas dez dimensões do SINAES, e conseqüentemente os resultados e sua divulgação para comunidade acadêmica.

2.3 População e Amostragem

A pesquisa por ser documental tomará como preceito todos os documentos institucionais disponibilizados para consulta pela IES, ou que estejam online para análise e comparativo.

Além que será aplicado questionário as duas comissões próprias de avaliação, havendo necessidade, no sentido de colaborar com aspectos que por ventura não foram bem esclarecidos na análise documental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se possa ter o respaldo necessário a compreensão da atuação das Comissões Próprias de Avaliação no âmbito das instituições de ensino superior, bem a relevância da avaliação institucional para a gestão da instituições é relevante que se entenda a organização da educação superior no Brasil a partir do entendimento do papel da universidade neste contexto, uma vez que esta é vistas como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de Pesquisa, de Extensão e de domínio e cultivo do saber humano (Humerez e Jankevicius, 2011).

Sendo que para isso será necessário traçar panorama da educação superior no Brasil, afim de que se possam delinear os modelos de universidades adotados no Brasil com foco no ensino e autonomia das instituições de ensino superior e, como se dá a gestão acadêmica nestas instituições.

Entendo os modelos adotados pelas IES no Brasil, se torna mais eficaz o estudo acerca do processo de avaliação institucional no ensino superior no Brasil, seja através do processo histórico de implantação da avaliação no ensino superior, seja pela relação fundamental entre educação e avaliação para o desempenho acadêmico destas instituições.

Ao pesquisar esse histórico é sistemática a necessidade de apontamento da política de avaliação adotada para o ensino superior no Brasil e, assim analisar a concepção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) através de sua concepção, implantação e aplicação, corroborando com pensamento de BARREYRO e ROTHEN (2006) de que o SINAES constituiu-se em avanço de um modelo de avaliação da educação superior no Brasil, que promovia a competitividade, baseado em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a auto avaliação participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema.

Uma vez traçado o percurso que alia o perfil das IES no Brasil e a relevância da lei do SINAES, bem como da implantação da avaliação institucional, é necessário que se pesquise aliado a este contexto sobre a atuação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) afim de que se possa destacar a importância desta para as IES, mas

também para que se possa analisar a organização destas comissões e seus funcionamentos, além das estratégias de trabalho.

Esse estudo comparativo será fundamental para que possamos traçar a relevância destas comissões no processo de gestão acadêmicas das instituições de ensino superior no Brasil.

3.1 A Avaliação Institucional e a Gestão Educacional no Ensino Superior

A Avaliação é uma produção humana, carregada de valores e crenças, que se configura a partir da concepção que os sujeitos que a conduzem têm de sociedade, homem, educação, conhecimento, formação, enfim, tendo em vista o pensamento ideológico no qual os sujeitos que a produzem estão filiados. Nessa perspectiva, a avaliação não é neutra e nem imparcial. Mas, como Sermann (2007, p.273) sinaliza, na perspectiva de atuar diretamente sobre a qualidade educativa:

O principal foco da avaliação deve ser a qualidade educativa, isto é, melhorar os processos de formação e de produção do conhecimento, as estruturas, os procedimentos e as condições administrativas, resultando numa transformação qualitativa [...].

Ainda, considera-se que a qualidade está alicerçada em uma dinâmica essencialmente pedagógica e conta com a contribuição da comunidade acadêmica, buscando a valorização dos indivíduos. Sob esta ótica, a avaliação está a serviço da ação, como afirma Hoffmann (2001, p. 20):

Enquanto a pesquisa tem por objetivo a coleta de informações e a análise e compreensão dos dados obtidos, a avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido, pela observação ou investigação, a serviço da melhoria da situação avaliada.

Na perspectiva acima apontada, a avaliação se configura em um espaço propício para o questionamento, a reflexão e a ressignificação das ações, dos processos e, por que não, dos produtos. Com esse entendimento, quando transportada para o campo da educação, a avaliação é compreendida como uma prática social,

carregada de significação, que advém de um determinado contexto histórico, cultural e econômico.

Destacando o potencial formativo da avaliação educativa, Dias Sobrinho (2008a, p. 197-198) sustenta a ideia de que a avaliação é [...].

Um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade. Aplicada à educação, esse processo de comunicação, que também é uma produção social de sentidos, fundamenta e reforça a capacidade de ação de indivíduos, de grupos sociais e do próprio Estado.

Enquanto processo formativo, a avaliação tem um potencial que consiste não apenas na explicação de uma dada realidade, mas na sua reflexão e ressignificação. Pode ser compreendida como um movimento que possibilita a comunidade acadêmica questionar a cotidianidade da IES ou, ainda, problematizar as relações que se estabelecem no ambiente institucional e no seu entorno.

No âmbito da avaliação da educação superior, a auto avaliação institucional, pensada em uma perspectiva de avaliação formativa, tem a capacidade de mobilizar a comunidade acadêmica (gestores, professores, estudantes e funcionários técnico administrativos), provocando-a no sentido de lançar um olhar crítico e reflexivo sobre si mesma.

[...] A avaliação é de um sobre o outro, mas, deve ser, sobretudo uma interrogação de cada um sobre si mesmo em face do outro, na situação concreta de interrogação sobre os significados das práticas sociais. Neste sentido, a avaliação é também um processo de formação, de apropriação dos sentidos das experiências, das situações e dos projetos de vida. Ela está atenta às inter-relações. Não separa o mundo objetivo e as visões subjetivas, não opõe os enfoques quantitativos e os qualitativos, nem separa os fatos dos valores. (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 205).

Na dinâmica acima proposta, a avaliação é utilizada como estratégia que viabiliza o autoconhecimento da instituição, ela possibilita a comunidade acadêmica conhecer os processos desenvolvidos nos diferentes espaços da IES, estabelecendo relações entre as práticas projetadas e vivenciadas. A auto avaliação possibilita a instituição a fazer o exercício de “olhar para si mesmo” e perceber-se a partir do olhar

que cada segmento da comunidade acadêmica (estudantes, professores, funcionários e membros da sociedade mais diretamente envolvidos com a IES) tem sobre as diferentes dimensões que a constituem.

Esse movimento oportuniza os sujeitos envolvidos no cotidiano da IES a analisarem e a refletirem sobre a missão institucional, a compreenderem as relações que são estabelecidas entre a proposta esboçada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as ações desenvolvidas e vivenciadas na instituição, reavaliando-as.

O processo reflexivo advindo do questionamento que a avaliação suscita é capaz de construir uma nova mentalidade. A nova mentalidade estará constituída na configuração da cultura de antecipação e estará se constituindo a partir da abertura a novas possibilidades, na adoção de atitudes inovadoras que permitam contínua 'ultrapassagem' de visões polarizadas, das dicotomias, integrando-as numa abordagem sistêmica e na formação continuada. (EYNG, 2004, p. 8).

Como a autora acima citada aponta, a avaliação tem a função de, não somente provocar o questionamento sobre a realidade e as escolhas feitas pela instituição, mas, sobretudo, criar a cultura da projeção e antecipação. O planejamento, a gestão e a avaliação trazem consigo essa intencionalidade.

Um aspecto fundamental a ser considerado no processo de planejamento, gestão e avaliação institucional refere-se à necessária articulação e sintonia dos princípios e metas de tais ações no interior de cada instituição. É vital, portanto, estabelecer uma relação dialógica entre a identidade institucional pretendida, estabelecida no seu planejamento, e a identidade institucional constituída no processo de gestão das ações de ensino, pesquisa e extensão. Para que a identidade institucional se consolide, no entanto, é necessário o desenvolvimento de uma cultura de avaliação, capaz de orientar os processos decisórios pautados no conhecimento advindo da avaliação interna e externa. (EYNG, 2007, p. 161-162, grifo do autor).

A auto avaliação tem a potencialidade de criar uma atmosfera investigativa porque promove a indagação, abre espaços que possibilitam a comunidade acadêmica questionar o sentido da formação proposta pela instituição e a sua responsabilidade social. Por intermédio da auto avaliação, estudantes, professores e funcionários

expõem suas percepções sobre a instituição, numa relação dialógica, confrontam ideias, discutem os diferentes posicionamentos, entram em acordos.

Quando a auto avaliação institucional é conduzida de forma participativa, os sujeitos constroem um sentimento de pertencimento, neste sentido, é possível construir uma relação de identificação entre a comunidade acadêmica e a instituição.

Na medida em que estudantes, funcionários e professores se identificam com a missão e as propostas pedagógicas da instituição se sentem pertencentes a esse espaço e a essa comunidade educativa. O sentimento de pertencimento conduz as pessoas a sentirem-se comprometidas com a instituição e a envolverem-se com os seus processos formativos.

Daí que a avaliação, além de uma dimensão técnica, possui uma dimensão ética e política e, como tal, produz sentidos. Se for preciso avaliar o número de livros que uma biblioteca possui, certamente, além de analisar a quantidade do acervo bibliográfico, seja significativo analisar a importância e o impacto desses livros na formação dos estudantes, questionando-se: “Como a leitura de tais livros é orientada pelos professores e desenvolvida pelos estudantes? Que relações são estabelecidas entre esses livros e o projeto pedagógico do curso? Qual o sentido desses livros para a formação dos estudantes?” Em concordância com Dias Sobrinho (2008b, p. 78).

[...] A avaliação não termina quando estabelece índices e esquemas comparativos. Ela se completa quando cavouca fundo, buscando os sentidos da realidade objetivamente constatada, questiona, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação, estabelece metas e estratégias, investe em programas e projetos futuros desejáveis. A avaliação examina o passado, o realizado, mas o que mais importa é o futuro e o que está por se cumprir.

Em acordo com a ótica acima esboçada, Eyng (2004, p. 3) também destaca a estreita relação existente entre a avaliação e a tomada de decisão.

A questão da avaliação se relaciona diretamente à tomada de decisão no âmbito das organizações. A tomada de decisão requer diagnósticos pautados na análise de dados representativos do conjunto e atualizados que a subsidie adequadamente. O processo que permite recolher informações, elaborar juízos e tomar decisões de melhora se chama avaliação.

Conforme exposto, a avaliação não tem “um fim em si mesma”, ela impulsiona o questionamento e a reflexão, produz o diagnóstico da realidade, traz informações para a tomada de decisão, promove a intervenção na realidade institucional e provoca a transformação social. Nesta perspectiva, a avaliação se configura como um mecanismo importante para o aperfeiçoamento dos processos educacionais, imprimindo um movimento e uma dinamicidade ao cotidiano da IES, que contribuem para o seu desenvolvimento.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho não pretende esgotar a temática da avaliação superior no Brasil, mas ao contrário pretende ser um relato e uma descrição sobre a experiência de avaliação institucional e sua importância no âmbito das IES pesquisadas.

Entende-se que o trabalho da Comissão Própria de Avaliação é um precioso instrumento para melhoria da IES em todas as suas dimensões, cabendo assim que esta possua todo respaldo e apoio da IES. Analisar a atuação da CPA em contextos diferentes permite na prática, a escuta dos diferentes intervenientes, aponta caminhos que, por vezes, não são de fácil resolução, sendo necessária uma ponte, tal seja, o diálogo.

Espera-se apontar a avaliação como um elo entre os diversos sujeitos afim de que esta possa subsidiar a IES, mas suas decisões antes de assumir compromissos, atender demandas ou suprir certas necessidades.

Entende-se este trabalho como progressivo e este deve voltar-se ao enfrentamento das dificuldades apresentadas como a falta de interesse da comunidade acadêmica, mas que esse possa traçar os avanços alcançados na área e os resultados de qualidade que estes têm permitido as IES estudadas, assim se possa auxiliar nos estudos futuros na área da gestão acadêmica em geral e, especificamente na área da avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. “Sinaes” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, out. 2006

BRASIL. Decreto-lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. ***Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES***. Publicado no DOU nº 72, 15 abr. 2004, Seção 1. p. 3-4.

CABRITO, Belmiro Gil. ***Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?*** Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. ***Pesquisa em ciências humanas e sociais***. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. (Série 1. Escola, 16)

DIAS SOBRINHO, José. ***Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação***, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.

_____. ***Avaliação da Educação Superior: avanços e riscos***. EccoS – Revista Científica, v. 10, n. especial, p. 67-93, jul. 2008b. 13

EYNG, Ana Maria. ***Avaliação e identidade institucional: construindo uma cultura de antecipação***. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.11, p. 33-42, jan./abr. 2004.

_____. ***Projeto Pedagógico Institucional: a relação dialógica entre planejamento e avaliação institucionais***. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). ***Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas***. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. p. 161-208.

HOFFMANN, Jussara. ***Avaliar para promover: as setas do caminho***. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HUMEREZ, Dorisdaia C.; JANKEVICIUS, José Vítor. ***Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil***. Instituto de Ensinos Avançados da Universidade São Paulo, 2011.

SERMANN, Lucia Izabel Czerwonka. ***A universidade como organismo vivo: os processos de Autor-Ecorregulação***. In: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). ***Políticas e Gestão da educação superior: desafios e perspectivas***. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007. p. 263-289.